

**MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA NO TOCANTINS:
INÍCIO, REFORMULAÇÃO DAS AÇÕES E RELAÇÃO COM A IMPRENSA**

**Verônica Dantas Meneses¹
Alecsandre Alves Oliveira²**

RESUMO

O artigo analisa o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins (MLNM/TO) e o problema da falta de moradia popular, os contextos políticos e sociais e as estratégias de organização e mobilização do movimento no período entre 1995 e 2007, bem como sua contribuição para tornar público o problema da segregação socioespacial, que afetou os sem-teto, em Palmas – TO, estes, em sua maioria, trabalhadores que vieram construir a última capital planejada do século XX. A fundamentação teórico-metodológica foi orientada por estudiosos que discutem a Teoria dos Movimentos Sociais e a relação destes com a mídia. A partir da análise documental do Movimento e das memórias de um dos autores, conclui-se que o cenário político cooperou para significativa alteração das estratégias do Movimento, que passa de uma ação mais mobilizadora para propositora com maior formação política e de comunicação, a fim de dialogar com demais atores sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Novos Movimentos Sociais; MNLM/TO; Formação política; Relação com a Imprensa.

**THE NATIONAL MOVEMENT OF THE STRUGGLE FOR HOUSING IN
TOCANTINS: BEGINNING, RECAST THE ACTIONS AND RELATIONSHIP
WITH THE PRESS**

ABSTRACT

The article analyzes the national movement of the struggle for Housing in Tocantins (MLNM/TO) and the problem of homelessness, the popular political and social contexts of the period and the strategies of organization and mobilization of the movement in the period between 1995 and 2007, as well as your contribution to publicize the problem of socio-spatial segregation, which has affected the homeless in Palmas-TO, these in your most workers came to build the last planned capital of the 20th century. The theoretical-methodological grounds was guided by scholars who discuss the theory of social movements and the relationship with the media. From the documentary analysis of the movement and the memories of one of the authors, it is concluded that the political scenario for significant change strategies cooperated in the movement, which passes more mobilizing action for proponent with greater political formation and communication in order to enter into dialogue with other social actors.

¹ Doutora em Comunicação (UnB); mestre em Sociologia e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UFS). Docente dos cursos de Jornalismo e Mestrado em Comunicação e Sociedade (UFT). E-mail: veronica@uft.edu.br.

² Mestre em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT); graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UFT) e em Tecnologia em Gestão Pública (IFTO). E-mail: oliveira.alec@gmail.com.

KEYWORDS: New Social Movements; Movements for housing; MNLM/TO; Political formation; Relationship with the press.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais em torno de necessidades básicas do ser humano não são atuais, mas ganham nova dimensão com os processos de urbanização industrialização e com a globalização da economia e mundialização da cultura. Uma destas necessidades é a moradia digna. Contudo, na atualidade, a casa deve ser concebida como um espaço que representa também processos de segurança biológicos, pessoais e políticos, sendo assim um discurso social, político e ideológico. Neste sentido, “morar pressupõe uma escala mais abrangente, com espaços e conexões de propriedade comum, coletivos e públicos, que permite o habitar num sentido pleno” (OLIVEIRA et al., 2018, p. 221-222). Em Palmas, capital do Estado brasileiro do Tocantins, a última cidade planejada do século XX, criada em 20 de maio de 1989, este contexto não foi diferente.

Consideramos que o problema social da falta de moradia em Palmas, este criado pelos próprios contextos políticos e econômicos nacionais e locais, foram estruturantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins (MNLM/TO) e deve ser investigado a partir de olhares múltiplos. Por outro lado, a centralidade da mídia nas relações sociais contemporâneas confere aos meios de comunicação um importante papel dentro da dinâmica social, além de incorporar novos atores nas disputas políticas. O surgimento e articulação do MNLM no Tocantins, portanto, foi influenciado por este cenário, o que o levou a construir novas relações com a imprensa.

Os movimentos sociais urbanos no Brasil começam a se projetar a partir dos anos 1970, especialmente com a formação dos grandes centros, e refletem as problemáticas do capitalismo, perpassando desde as questões de trabalho, qualidade de vida, até os serviços de consumo urbano coletivos. Os anos 1980 fortaleceram estas ações coletivas. No Tocantins, um dos movimentos que ganhou força na primeira década do século XXI foi o MNLM/TO, o qual foi forjado especialmente no contexto de criação/construção de sua capital, Palmas, e das contradições políticas, sociais e culturais trazidas pelo exponencial crescimento populacional, entre outros fatores.

O Estado, como principal opositor destes movimentos - mas não o único, exerce a função de “ordenador das relações sociais, despolitizando as lutas, universalizando as

temáticas e organizando a dominação” (GOHN, 1991, p. 35-36). Contudo, o diálogo com o Estado é inerente às ações dos movimentos sociais, uma vez que aquele molda as políticas públicas, entendidas, segundo Höfling (2001), como o próprio “Estado em ação”, mas que em geral são originadas nos movimentos populares e basicamente voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, e suas consequências.

Palmas, apesar de planejada, não seguiu todos os traçados originários descritos em seu plano. Por consequência, possui também problemas relacionados ao desenvolvimento urbano e de habitação, constituindo-se como uma cidade excludente com forte atuação do Estado na organização do processo de ocupação do território. Mas as contradições inerentes aos problemas das cidades também são decorrentes dos processos de globalização, que se refletem na necessidade de encontrar soluções locais para contradições globais (BAUMAN, 2009, p. 11).

A imprensa é considerada foco importante nas estratégias de construção das ações coletivas dos movimentos sociais. Gohn (2004) adverte que a mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros ideológicos, sob os quais os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram o processo em que a notícia é construída para formar uma opinião pública sobre o acontecimento. A relação imprensa e movimentos sociais é marcada pela ambiguidade, pois, ainda que sejam muitas vezes opositores, os movimentos precisam da presença da imprensa para serem noticiados, a fim de divulgarem suas reivindicações ou mesmo suas plataformas de luta, ao tempo em que os *media* não podem ignorar o problema social, ou seja, as plataformas dos movimentos, que por sua vez exigem a atuação do Estado.

Esse trabalho busca discutir os contextos de criação e solidificação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins, especialmente em como a imprensa foi vista pelo Movimento e de que forma o mesmo delineou suas ações estratégicas para dialogar com os demais atores sociais. O alinhamento teórico do estudo se centra nas concepções que vinculam os movimentos sociais a uma ação política de reivindicações por direitos resultante do embate entre os atores políticos, a mídia e a sociedade civil organizada. A análise foi realizada a partir da pesquisa documental com acesso a jornais do período, relatórios e atas do MNLM/TO, de

entrevistas com militantes e ex-militantes, e, ainda, a partir da vivência de um dos autores como militante no Movimento de 2001 a 2007, cuja atuação se intensificou a partir de 2002 ao se tornar estudante de comunicação social.

Morar dignamente é direito de todos. O que não é efetiva realidade em virtude da forma como ocorreu o desenvolvimento urbano nas grandes cidades brasileiras e das implicações da desigualdade na distribuição da renda. Neste sentido, verificamos a importância de voltar nosso olhar periodicamente para as ações da sociedade civil em torno destas questões, de compreender a dialogia Movimentos Sociais *versus* Imprensa, considerando este último ator como um mediador entre Estado e Sociedade ao interferir nas agendas políticas e sociais.

O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DE PALMAS E O PROBLEMA SOCIAL DA FALTA DE MORADIA

O Estado do Tocantins, formado a partir da divisão do Estado de Goiás, foi criado com a Constituição de 1988, mas o contexto de lutas em torno das diferenças desenvolvimentistas do antigo Norte Goiano em relação ao sul de Goiás e, depois, pela separação da região, data de mais de 100 anos antes. Lira (2011) esclarece que a “causa tocaninense” foi intensificada com a “construção” do discurso para fortalecer a *práxis* do movimento separatista. Movimentos como a Conorte (Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano), uma sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em Brasília, em 1981, por burocratas e empresários nortenses³ que tinham atividades em Goiânia e Brasília, difundiram ideias de um *Novo Eldorado* cheio de oportunidades.

Na obra *Tocantins, eu também criei*, José Carlos Leitão, publicitário e membro da Conorte, dedica o sexto capítulo para falar da comunicação “como instrumento capaz de vencer aquele desafio”, a criação do novo Estado (LEITÃO, 2000, p. 104). Uma das peças publicitárias lançadas pela entidade listava os “candidatos de Tocantins”⁴ em eleições à época e sensibilizava os eleitores com a mensagem: “Vote neles, por você e pelo Tocantins”. Já no Hino da Conorte, divulgado em *Compact Disc* (CD), também é

³ Termo usado para se referir aos habitantes do chamado Norte de Goiás, região que se tornou o estado do Tocantins.

⁴ Aparece entre aspas no livro porque o Tocantins ainda não existia legalmente, mas a expressão trazia a mensagem de que o norte-goiano não se via Goiás.

possível verificar a onda de otimismo e idealismo sobre o novo Estado, que atraiu empresários, mas também os trabalhadores, muitos destes que deram corpo ao MNLM/TO. O hino falava da construção de “um Estado de Esperança” para “com o país contribuir”, e encerrava: “Estado do Tocantins, fique com ele” (LEITÃO, 2000).

Assim, munida de empresas de publicidade e assessoria de imprensa, a Conorte nacionalizou a causa tocantina e reforçou o papel utópico e ufanista que o novo Estado desempenharia junto à Nação. Foram exibidas reportagens e matérias sobre o Tocantins, suas belezas e potencialidades, em veículos como TV Globo, Revista Veja, Jornal da Tarde, Jornal do Brasil e Correio Brasiliense (REIS, 2011)⁵. A revista Veja, por exemplo,⁶ publicou em 1993 matéria intitulada *A corrida à última terra da promessa: a última fronteira*.

De acordo com Lira (2011), vários fatores contribuíram para a ocupação do solo urbano em Palmas, em uma análise dos primeiros anos de sua ocupação, o primeiro deles envolve o próprio conceito de “cidade democrática”, que na prática construiu amplas avenidas, quadras centrais inacessíveis às pessoas de baixa renda, as quais foram obrigadas a fixar residência fora da área planejada, ainda com pouca estrutura urbana.⁷

Assim, Palmas nasce segregada; já no seu memorial descritivo define áreas para a classe média e alta e, a fim de manter o conceito inicial de cidade, o que “era para ser uma cidade majestosa e única, ‘desnecessariamente’, transformou-se em duas”, coexistentes entre o contexto econômico neo-liberal e os discursos políticos dissonantes (LIRA, 2011, p. 211). O plano inicial foi assim desarticulado por ações que visaram resolver questões surgidas com a chegada de “migrantes de trabalhadores com baixo

⁵ Videodocumentário *Palmas, história da criação e implantação*, que apresenta as palavras do governador a época, Siqueira Campos, em que diz: “[...] É aqui que nós vamos implantar o Palácio Araguaia, o centro da cidade mais bonita do Brasil, a cidade mais central do Tocantins e do Brasil, é aqui que nós vamos construir a última capital planejada do século XX, em termos mundiais, é aqui que nós vamos construir, a terra de força energética extraordinária que vai atrair grandes valores, é aqui a terra dos bons fluídos, onde Brasileiros vindos de todas as regiões do país aqui vão se dar as mãos e vão viver em harmonia para construir a grandeza do nosso Estado, para construir um mundo de prosperidade e de luz” (Siqueira Campos, 1989). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bzKXPFHo46Y>. Acesso em: 14 nov. 2018.

⁶ FERRAZ, Sílvio. A corrida à última terra da promessa: a última fronteira. Revista Veja, edição Nº. 1.299, de 4 de agosto de 1993. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/1299?page=46§ion=1&word=dia%20de%20agosto%20de%201993>. Acesso em: 25 jul. 2017.

⁷ O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) entende que a distância da moradia do local de trabalho entre os mais pobres devem atender aos princípios da qualidade e da localização como “componente fundamental do direito à cidade sustentável” (CARDOSO et al. (2008, p. 13).

poder aquisitivo”, mas também atendendo “às táticas conservadoras de agentes políticos e do segmento imobiliário emergente, próprias da cidade capitalista brasileira” (BESSA; OLIVEIRA, 2017, p. 499-500).

Segundo Teixeira, um dos autores do projeto do plano diretor de Palmas, “a estratégia de implantação do plano previu uma expansão controlada da urbanização”. O autor esclarece que um plano não é uma peça acabada, mas um processo que norteará a organização da cidade e, assim, a decisão de implementá-lo não está nas mãos de seus autores, mas sim dos administradores políticos. “A preocupação com a expansão da ocupação urbana, e, sobretudo das invasões para além do plano básico, fez surgir um grande loteamento de sítios de recreio no entorno da cidade, como estratégia de contenção” (TEIXEIRA, 2009, p. 97-98). Isto fez surgir bairros bastante povoados.⁸

Esta formação se deu na época de forma ordenada pela institucionalidade pública, que, a fim de controlar esta migração, montou postos de “purificação da cidade”. Na época, Palmas tinha apenas três pontos de acessos, onde os postos foram montados com objetivo de “prestar assistência” aos que chegassem à cidade. Neles era realizada uma triagem para encaminhar aos bairros periféricos em formação aqueles que não tinham recursos para manterem-se no “Plano Diretor”. Um planejamento que excluiria de forma ordenada os subalternos.

Trata-se de um processo de urbanização que considera a “limpeza” da cidade como o “apagamento” dos pobres, estratégia que muitas metrópoles brasileiras passaram a experienciar especialmente a partir da segunda metade do século XX, com as revitalizações dos centros históricos (FREITAG, 2003).⁹ Explica Resende que se trata de uma “perspectiva moderna de quem pensa que o limpo é a ordem e o previsível”. Segundo o autor, citando De Certeau, existem duas perspectivas que convivem na visão da cidade e que devem ser pensadas juntas, a cidade visível e esta

⁸ Muitos destes bairros, como Taquaralto, estão em crescimento, agregam um comércio movimentado durante o dia e bares e restaurantes no período noturno.

⁹ Freitag considera neste contexto cinco tipos: “(a) cidades históricas abandonadas, em ruínas; (b) cidades coloniais intocadas que sobreviveram pelo olvido no tempo, sendo redescobertas hoje; (c) cidades históricas em sua origem que sofreram o “arrastão da modernização” (2003, p. 115) sem maiores cuidados em preservar seus centros antigos; (d) cidades sem história, que saíram da prancheta do urbanista, tipo Goiânia [e acrescentamos Palmas]; e (e) cidades utópicas que nunca saíram do papel, como o projeto de Le Corbusier para o Rio de Janeiro”.

cidade que “se insinua metaforicamente no texto da cidade planejada” (RESENDE, 2005, p. 119).

Um dos autores deste trabalho vivenciou essa realidade em 1992 ao vir à capital com seu pai, quando tinha 16 anos. Inicialmente foram entrevistados, procedimento que servia para se identificar quais as condições sociais e econômicas de cada família, e, conforme o levantamento do perfil, eram distribuídos alguns recursos, como lote e material de construção ou a possibilidade de compra de um imóvel por um valor simbólico.

Ao recebermos “*os benefícios*” - lotes, tijolos, telhas, lembro-me dos planos que meu pai fazia enquanto construíamos a “casa”, na verdade era apenas um barraco pequeno, porque o material não era suficiente para fazer o acabamento da casa. Essa alegria e planos era percebido nos vizinhos. Eu pude ter vivência dessa prática do poder político da época, que, com esse método, conseguiu manter a cidade limpa dos pobres e estes não percebiam que estavam sendo segregados, separados do centro da cidade (OLIVEIRA, 2018, p. 15-16).

As casas eram construídas em forma de mutirão, uma condição que contribuiu para o desenvolvimento de uma identidade cultural, conforme Hall (2001), própria destes bairros, um espírito de comunidade e pertencimento a “*essa cidade*” que é presente até os dias de hoje, mas aliado a um sentimento de negação, de não pertencer à própria Palmas (centro), percebido nas expressões de uso da linguagem no cotidiano, por exemplo: *vou a Palmas hoje*, ou, *Lá em Palmas* (OLIVEIRA; HENRIQUE, 2017).

Neste contexto, articula-se o Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas e no Tocantins, motivado pela falta de políticas públicas para moradia de Interesse Social e pela situação irregular das famílias de baixa renda que ocupavam áreas públicas vazias e loteamentos distantes da área urbanizada. Em setembro de 1995, os sem-teto realizam a primeira reunião para discutir a situação das ocupações (SUZUKI, 2016).

Depois de sua fundação, o MNLM/TO mobiliza as famílias sem teto de Palmas para resistir nas ocupações denominadas Vila União e Vila Independência, na Região Norte do “Plano Diretor” da capital, quadras inicialmente pensadas como áreas nobres. A fundação do movimento surge em um momento político no qual os governos federal, estadual e municipal não abriam muito espaço para diálogo com os sem-teto, o que

contribuía para o MNLM/TO realizar uma série de ocupações até o ano 2000. Portanto, estava forjado o campo de luta do Movimento de Luta pela Moradia em Palmas.

O MNLM NO TOCANTINS

Os movimentos sociais populares têm suas ações voltadas para um opositor, em geral o Estado, e suas demandas devem ser atendidas por meio de processos de negociação, ficando evidente sua atuação eminentemente política. Refletindo o pensamento de Touraine, Gohn destaca que “o Estado não é apenas aparelho de poder. É um agente social de reação e transformação, uma força social de mudança histórica” (GOHN, 2004, p. 147).

“Os movimentos sociais de diversos segmentos da sociedade, e mais especificamente os populares, dada a importância destes no contexto geral dos movimentos sociais, são exemplos básicos de agentes estruturantes das ações coletivas” (GOHN, 2010, p. 43). Na atualidade, Gohn destaca dez eixos temáticos para se refletir sobre os movimentos sociais organizados, entre eles os movimentos sociais em torno da questão urbana, os quais trabalham com “as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo” (GOHN, 1991, p. 34), atuando em frentes como fóruns e movimentos no âmbito institucional, rede de movimentos sociais populares de luta pela moradia (como o MNLM) e movimentos de associações de moradores (GOHN, 2010).

O MNLM surge, nestes termos, com uma plataforma de luta para além da habitação, um espaço qualificado que abarcaria ainda movimentos em torno da violência, de áreas sociais como educação, saúde e transporte. De acordo com Saule Júnior (2006, p. 13) seu precursor foi o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), criado em 1985, mas que teve sua formação ainda nos anos 1960, “época que os segmentos progressistas da sociedade brasileira demandavam reformas estruturais na questão”. O golpe de 1964 inviabiliza a realização dessas reformas, que voltam a ser discutidas nos anos 1970 e 1980.

O autor explica que a reforma urbana voltou à tona com a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Assim, neste período, que vai de 1964 até 1988, houve “um

grandioso espaço de luta política, em que as forças populares tiveram um árduo trabalho: articular suas demandas e ao mesmo tempo compor o embate com os poderosos *lobbies* das forças conservadoras”. Com o fim do regime militar passa-se a incorporar “a idéia de cidade, a cidade de todos, a casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social” (SAULE JÚNIOR, 2006, p. 14).

A organização e fundação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Brasil tem como campo de atuação basicamente a organização das famílias de trabalhadores sem moradia e/ou com moradia sem condições dignas, buscando um projeto de reforma urbana para atender aos interesses e às reivindicações legítimas dessas populações (MIRANDA, 2005, p. 15). O MNLM, fundado em 1990 e atualmente organizado em 20 estados da federação, surgiu a partir de articulações feitas em diversos eventos promovidos por entidades como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a ANSUR (Articulação Nacional do Solo Urbano), entre outros movimentos em torno da moradia (MIRANDA, 2005).

Já no Tocantins, segundo Nascimento (2013), o MNLM é fundado no dia 10 de agosto de 1995, organizado a partir da união de lideranças ligadas às pastorais sociais da Igreja Católica, organizações estudantis e partidos de esquerda, entidades que estavam contribuindo com o processo de mobilização das famílias sem teto de baixa renda, boa parte trabalhadores da construção civil, de Palmas, e nas ocupações de quadras do centro da capital (MNLM, 2008).

Quando MNLM-TO foi fundado em Palmas, o governo do Estado era exercido por José Wilson Siqueira Campos, do Partido da Frente Liberal (PFL), a presidência da República era exercida por Fernando Henrique Cardoso, Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB). As alterações ocorridas no cenário político - com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, e no governo estadual, a eleição de Marcelo Miranda que, mesmo sendo do partido político do governo anterior, tratava-se de um político jovem que buscou se aproximar do novo governo federal, trouxeram uma nova perspectiva, mais otimista, para os problemas de moradia na capital.

No ano 2000, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins em Palmas mobiliza e organiza uma das maiores ocupações na história de sua atuação no Estado, em que cerca de 2500 famílias ocuparam uma extensa área no centro da cidade (NASCIMENTO, 2013; OLIVEIRA, 2018). Esta ocupação foi nominada pelos organizadores da ação como “Acampamento Olga Benário”, conferindo uma simbologia revolucionária à manifestação. A ocupação foi pretexto para o governo estadual organizar também a maior operação policial no Estado até aquele momento. No dia 3 de dezembro daquele ano as famílias foram retiradas pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, fato noticiado pela imprensa à época, destacando-se a matéria intitulada “Operação policial retira invasores da Arse 132”, publicada no dia 4 de dezembro de 2000, na Edição 1.987 do Jornal do Tocantins, que ocupou toda a página 7 do impresso.

Para esses movimentos sociais existe uma diferença entre invasão e ocupação, que consideramos necessário pontuar aqui. Invasão sugere que a entrada do grupo se dá em um local que está sendo utilizado e tem conotação de ilegalidade. O sentido de ocupação perpassa o não atendimento de qualquer função social de propriedade do local prevista na Constituição, ou seja, trata-se da ocupação de uma área que se encontra sem uso ou abandonado (MNLM, 2008). Além disso, existe o sentido moral e sociológico que carrega o termo ocupação, denotando uma relação de trabalho a qual deve estar vinculada aos sem-teto (ALMEIDA, 2011).

A sociedade fragmentada e polimorfa que se configurou a partir dos anos 1990, o modelo de associativismo que está se consolidando ao longo dos anos 2000, caracterizam-se pela tendência dos grupos e movimentos sociais organizados de se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes (GOHN, 2010, p. 11). Em sua trajetória, o Movimento participa de espaços políticos de gestão, tais como do Conselho Nacional das Cidades e do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e é organizado em rede nacional participando de espaços de controle das políticas públicas e de fóruns como o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNURU, 2007).

Gohn explica que nos anos 1980 os movimentos sociais saem das reivindicações localizadas, isoladas, para um processo de luta mais ampla que as chamadas demandas populares, “como foi o caso de luta por creches, pela moradia, pelo transporte etc.”

(GOHN, 1991, p. 12). Enquanto no cenário global surgem novos atores sociopolíticos e culturais e novas questões que envolvem as manifestações coletivas, no contexto da América Latina são retomadas e ressignificadas antigas questões, como as indígenas e a da moradia.

Assim, o MNLM no Tocantins surge já dentro de um novo paradigma dos movimentos sociais. A luta pela moradia tem se articulado em movimentos que se mantiveram com suas causas ativas especialmente até a década de 1980. Contudo, em casos como o de Palmas e várias cidades do interior do Brasil que tiveram crescimento acentuado e intensa urbanização (como é o exemplo na Região Norte, de Parauapebas e Marabá (PA) e a planejada Palmas (TO), ou, no Nordeste, de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (BA)),¹⁰ estes movimentos continuam ativos mesmo nos anos 2000.

Oliveira (2018) explica que o MNLM/TO adotou a política de ocupar áreas vazias dentro do “Plano Diretor”, organizando mobilizações desde antes de sua criação até os anos 2000, algumas logrando mais êxito que outras. Com a aprovação da Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS),¹¹ cria-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui-se o Conselho Gestor do FNHIS. Os movimentos ampliam as parcerias com o setor público (federal, estadual e municipal). O MNLM/TO participou deste processo não só em Palmas, mas também em cidades do interior do Estado, a saber: Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Araguatins, Augustinópolis e Taguatinga.

Em 21 de abril de 1999 o MNLM/TO cria uma entidade jurídica denominada de Sociedade de Apoio à Luta pela Moradia no Tocantins (SALM-TO), criada com o objetivo de representá-lo juridicamente em convênios com os governos estadual, municipais e a União, além de Ongs nacionais e internacionais que viessem a apoiar a luta (OLIVEIRA, 2018).

Neste ínterim, a criação da SALM-TO marca um período em que os movimentos sociais sofrem as consequências da globalização da economia e mundialização da Cultura, resultando na busca pelos movimentos por resultados, no diálogo com as iniciativas pública e privada, na organização e estruturação interna destes movimentos e, em seguida, no fortalecimento das redes de mobilizações civis.

¹⁰ Revista Veja 1º de Setembro de 2010.

¹¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm.

O MNLM/TO, FORMAÇÃO POLITICA E RELAÇÃO COM A IMPRENSA

Retomando uma das grandes mobilizações do MNLM/TO, citada no tópico anterior, foi após a desocupação da Quadra ARSE 132 (Área Residencial Sudeste) sofrida pelos sem-teto no ano 2000, que o MNLM/TO aderiu à estratégia de diminuir as ocupações e investir na formação política com o objetivo de primeiro estudar e tornar compreensível para a base o contexto político no que diz respeito a políticas de habitação e; segundo, organizar as bases, com formação política e ideológica, buscando sensibilizar os sem-teto sobre o direito à moradia como uma política pública. A formação político-partidária buscou despertar o sentimento de cidadania colocando os militantes como sujeitos no processo, capazes de modificar a realidade social por meio da política bem como fortalecer o pertencimento ao grupo.

Neste sentido, o MNLM aprova uma nova metodologia de luta, não mais adotando a ocupação direta sem autorização legal do estado e resolve fundar 35 núcleos de sem tetos nos bairros com maior índice de famílias sem moradia de Palmas (MIRANDA, 2005, p. 12).

Após este período de mobilização mais formativa, em 17 de junho de 2003 o MNLM/TO volta às ruas para tornar públicas as reivindicações, de forma a mostrar a falta de moradia como um problema social, o qual deve ser enfrentado pelos governos das três esferas e pela sociedade civil organizada. Com o grito “Ocupar, Resistir pra Morar”, essa foi a primeira marcha que o movimento realizou rumo à sede do governo estadual, com aproximadamente 5 mil pessoas, e que configurou a maior manifestação dos sem-teto realizada pelo MNLM/TO depois da última ocupação do movimento realizada em 2000.

Este dia ficou marcado como data histórica porque foi a primeira vez que o governador do Tocantins conversara com os sem-teto para discutir o problema da falta de moradia em Palmas e no Tocantins, o que resultou na definição de uma agenda para formar um grupo de trabalho com o objetivo de encontrar soluções para combater o déficit habitacional, não só em Palmas, mas no Estado¹².

¹² O Jornal do Tocantins, edição n°. 1.699, de 26 de novembro de 1999, divulga que, em Palmas, 4,5 mil famílias não tinham casa própria. A edição n°. 3.061 de 8 de maio de 2004 apontou que, em 1998, um

Em 7 de agosto de 2003 acontece a primeira reunião para formar uma equipe de trabalho, foi a primeira vez na história do Estado do Tocantins que o Movimento pela Moradia conseguia reunir representantes dos governos estadual e municipal e de agentes do banco Caixa Econômica Federal. A equipe apresentou, em 2004, a viabilidade de transformar a Quadra 1.306 Sul (ARSE 132) na primeira Zona de Interesse Social (ZEIS), de acordo o Estatuto das Cidades. Após esse relatório o governo estadual, que era o proprietário da área, faz a doação da área para o Movimento de Moradia. A Prefeitura da capital ficou responsável pelo microparcelamento da quadra. Apesar de ainda não terem concretizado definitivamente a posse da Quadra, especialmente devido à falta de infraestrutura, esta conquista é histórica para os sem-teto de Palmas, uma vez que retornam ao mesmo território de onde foram expulsos há quatro anos.

Em 2004 e 2005 o Movimento de Moradia continuava a dialogar com os governos federal, estadual e municipal, e trabalhava em várias frentes, buscando captar recursos para construir as 958 casas populares e a implantação da infraestrutura da quadra conquistada.¹³ Neste momento, nasce o *Projeto Construindo Juntos*, Programa Habitacional, que virou referência no Brasil, tendo sido noticiado nacionalmente pelo Jornal O Globo, em seu Caderno Razão Social, publicado em primeiro de outubro de 2007, sob o título “Mãos à obra pela casa própria”, com a seguinte chamada de capa: “Foi feita por todos, Projeto que reúne governo, empresa e sociedade constrói casas em Palmas” (SOARES, 2007, p. 14-15). A outra frente de trabalho do Movimento era realizada junto às famílias que ainda não tinham sido beneficiadas com moradia em Palmas e em outras cidades como Araguaína, Pedro Afonso, Gurupi e Paraíso do Tocantins.

O *Projeto Construindo Juntos* torna-se modelo pela metodologia que construía, envolvendo vários atores sociais e políticos, e pelo formato de construção das casas, que se diferencia de outros mutirões, uma vez que os sem-teto participaram de todas as etapas, desde a escolha do modelo de casa a ser construída, consoante com a

déficit habitacional em um número superior a 20 mil famílias. A edição nº. 3.810, de 22 de outubro de 2006, relata um déficit habitacional na capital de 10 mil moradias, com 600 pessoas vivendo em áreas irregulares.

¹³ O Jornal do Tocantins, Ano 24, edição 3.083, editoria de Estado, de 4 de junho de 2004, noticiou o ato e que a prefeita Nilmar Ruiz afirmou que a prefeitura estaria impossibilitada de atender ao pleito naquele ano em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

disponibilidade dos recursos disponíveis, até a destinação de horas de trabalho diárias para construir sua própria morada.

Pelo exposto, percebe-se que houve uma mudança de mentalidade do movimento, da ação meramente reivindicatória para ações também propositivas, conforme relata Meneses:

quando os movimentos sociais passam de uma posição mais reivindicatória e ideológica para uma articulação mais propositiva, no Brasil, com um foco na década de 1990, muda também a sua relação com os demais setores. Assim, as parcerias com a institucionalidade pública, e mesmo com o mercado – não querendo aqui adentrar no assunto, abarcam grande parte das ações das organizações da sociedade civil, mesmo que nem sempre isso fique claro por questões ideológicas nessas entidades (MENESES, 2006, p. 5).

Do mesmo modo, complementando a ideia da autora, a trajetória que o Movimento de Moradia em Palmas realizou para conquistar a Quadra 1.306 Sul também vem ao encontro do que explica Gohn (2003), de que uma etapa subsequente das ações dos movimentos sociais é deixar de ver o Estado como inimigo, impulsionando o movimento a se preparar e se profissionalizar para o intercâmbio com os demais atores políticos e sociais.

Nos mais de 21 anos de atuação do MNLM/TO, sua imagem ecoou na imprensa de diversas maneiras, ora sendo criminalizado - por suas ações em favor dos sem-tetos recebia o enquadramento da imprensa como invasores; ora em que as diversas coberturas não reconheciam a falta de moradia como um problema social (OLIVEIRA, 2018). Contudo, houve uma mudança a partir das grandes mobilizações realizadas pelo Movimento, em 2003 e 2004, em que a imprensa tocantinense aborda o fato, as ações do MNLM, como problema social, momento também em que o movimento trabalha com dois profissionais da área de Comunicação, militantes do Movimento, inicialmente com o jornalista Lucas Milhomem, que se afastou em 2002, e que passou instruções ao também militante e estudante de Comunicação Social Alexandre Oliveira (OLIVEIRA, 2018).

É possível, portanto, que esta nova abordagem da mídia tenha sido propiciada, em parte, pela nova abordagem de comunicação desenvolvida primeiramente de forma interna, dentro do Movimento. Dentre as ações formadoras do MNLM/TO, quando

diminuíram as ações coletivas, como marchas e ocupações, está a busca pelo entendimento da comunicação e o aproveitamento de profissionais da área.

Os movimentos sociais, pela sua inerente posição contrária opositora aos grupos de poder e ao *status quo*, constituem-se também um contrapoder em relação à grande mídia. Gohn chama atenção ao fato de que os estudos mais recentes da Teoria da Mobilização Política enfatizam o papel da mídia, em que esta atua como uma “espécie de filtro ou espelho dos movimentos sociais”, definindo quais devem ou não se tornar mais visíveis para a população (GOHN, 2004, p. 75).

Para ampliar a atuação política e a capacidade de mobilização a autora defende que os movimentos utilizem os recursos da mídia para mobilização. A relação dos movimentos sociais com a imprensa, como explica Gohn (2004), é uma relação tensa, no entanto, se estabelece um consenso uma vez que o principal motivo da existência dos movimentos é ter como causa maior um problema social, portanto, trata-se de um conteúdo de interesse jornalístico que não pode simplesmente ser ignorado. Neste sentido, a grande mídia passa a não ser mais vista como um inexorável vilão, mas como um campo social que deve estar dentro da teia de relações dos Movimentos (PERUZZO, 1998).

A comunicação foi aos poucos sendo descoberta e utilizada pelos movimentos sociais, por um lado como suporte de mobilização no interior deles, mas também como estratégia de representação junto à sociedade e demais agentes sociais. “O significado da comunicação popular está em ser um fenômeno emergente, do povo ou com ele relacionado, comprometido com a mudança social e a transformação deste em sujeito histórico” (BERGER, ano apud PERUZZO, 1998, p. 124). As relações sociais são complexas e os meios de comunicação devem ser vistos como complementares e não como excludentes da luta, destarte os enquadramentos distintos que possam dar às causas dos Movimentos Sociais. É importante, portanto, compreender as duas vertentes de comunicação de forma dialética, como manifestações sociais, mediatizadas pela cultura, “e por isso não podem ser avaliadas como instrumentalizadas, onipotentes, isoladas nem opostas” (PERUZZO, 1998, p. 135).

Na contemporaneidade, os movimentos sociais estão ainda mais investindo na comunicação, especialmente por meio de redes de relações. Alvarez, Dagnino e Escobar

(2000) explicam que os movimentos estão espalhados em diversas partes do mundo e com diferentes propósitos e articulações, por meio de redes político-comunicativas atingindo os parlamentos, a academia, a igreja, os meios de comunicação. Hoje em dia, é quase impossível encontrar um movimento social atuando em um só lugar ou de forma solitária. Conforme afirma Barbero (2006), a comunicação tornou-se uma questão de mediações, mais de que meios.

Como vimos, após um período de ações coletivas, a partir do ano 2000 o MNLM/TO passa três anos fortalecendo-se estratégica e politicamente. Quando o Movimento foi expulso da área ocupada, seus membros foram abordados pela imprensa à época como invasores e baderneiros. Esta perspectiva coloca a mídia local, neste contexto, como também um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 2003), no sentido de que ela pode ter sido não repressiva como o Estado, mas negligente uma vez que nem sempre se aprofundava na problematização da moradia como um problema social e, por conseguinte, como reivindicação legítima do Movimento de sem-teto.

Com esta observação, os militantes do MNLM/TO perceberam a importância de compreender os mecanismos da imprensa. Almeida, em estudo que contabilizou entrevistas com seis coordenadores do MNLM no Tocantins, discorre:

os mesmos perceberam a necessidade de se planejar, produzir e gerir a comunicação interna entre os coordenadores, equipe técnica e colaboradores. Todos acreditam que a comunicação é uma peça fundamental para o crescimento, credibilidade e visibilidade do movimento perante a população (ALMEIDA, 2010, p. 8).

O movimento passa a entender que é preciso investir tanto na comunicação externa, com a mídia, demais atores interlocutores e com a sociedade, quanto na interna, de mobilização dos militantes e organização de ações coletivas. Contudo, e não é problema exclusivo do MNLM no Tocantins, a falta de recursos para investir em profissionais qualificados é crucial nos movimentos sociais. Neste sentido, é importante compreender a área para investir em veículos e formas de comunicação menos onerosas. Conforme Meneses,

o interesse da mídia por temas socialmente aceitos e demandados pela sociedade gera a necessidade de interlocutores mais profissionais e capacitados. É preciso perceber que a imprensa também possui vícios na abordagem desses temas, o que compromete a qualidade e credibilidade das matérias, a exemplo da hegemonia das fontes oficiais, pois a maioria das

matérias nesse sentido não surge pelo interesse da própria imprensa (agenda própria), e geralmente se percebe pouca criatividade e senso crítico na proposição de soluções e fontes alternativas para as questões (MENESES, 2006, p. 4-5).

A mídia muitas vezes aborda os movimentos sociais sob uma angulação de temas socialmente aceitos e que geram menos impactos negativos para a imagem do veículo. Assim, ela pode optar por assuntos que se limitam a falar apenas de projetos de caridade e assistencialismo e, assim, utilizar-se destas ações da sociedade civil como forma de sedimentar uma imagem de responsabilidade social do veículo ao invés de problematizar as causas e consequências das questões sociais que estão articuladas dentro destes movimentos (MENESES, 2005).

Após avaliar sua atuação, o MNLM/TO passa a desenvolver um “relacionamento” com a imprensa local. Passa também a produzir e encaminhar relises, contatos telefônicos e agenda das atividades do Movimento executadas semanal, quinzenal e mensalmente. Tal rotina de trabalho contribuiu para solidificar o relacionamento contínuo com a imprensa, a tal ponto que esta se programava para cobrir a agenda do Movimento; muitas vezes as redações ligavam solicitando pautas (OLIVEIRA, 2018).

Para estabelecer este nível de relação com a imprensa, o MNLM/TO passa também a se constituir como fonte, apresentando dados fundamentados sobre o problema da moradia, com estudos sobre déficit habitacional. Já o trabalho de comunicação interna priorizou ações como a formação política, atualização de dados cadastrais dos sem-teto e melhoria da logística nas grandes mobilizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu trazer para o debate acadêmico a participação pública e política do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins (MNLM/TO), tanto na organização dos sem-teto - grupo composto por centenas de trabalhadores que vieram para Palmas para ajudar a construir a capital planejada, muitos atraídos pela intensa campanha publicitária que forjaram uma imagem de “Novo Eldorado”, de desenvolvimento e de território de expansão econômica e social no Brasil, mas que

foram impedidos de morar perto de seus locais de trabalho; quanto na sua participação para o estabelecimento de diálogos com os diversos atores sociais, especialmente o Estado, para a construção de políticas públicas voltadas à habitação de interesse social.

Como instituição formalizada a partir de 1995, o MNLM no Tocantins realizou grandes mobilizações para pressionar o poder público a fim de encontrar soluções para o problema da falta de moradia. Organizou várias ocupações em diversas áreas no Plano Diretor de Palmas, lutou, resistiu, e se reavaliou e conquistou muitas quadras no centro da cidade. A luta destes trabalhadores formou ainda um espírito de coletividade e pertencimento fora do plano diretor, regiões que se consideram, historicamente e culturalmente à parte da capital.

Também verificamos que houve um amadurecimento nesta trajetória, que permitiu ao movimento estabelecer uma maior formação política e representatividade junto aos militantes, e ainda dialogar com os demais atores sociais. Uma destas mudanças foi o investimento na comunicação. O Movimento modificou a sua estratégia de atuar e de se comunicar depois do episódio da desocupação repressiva realizada em 2000. Houve a percepção de que é preciso falar a “língua da imprensa” para se fazer ouvir. Assim, militantes começam a desenvolver uma Assessoria de Imprensa que pudesse gerar pautas mais positivas para o MNLM/TO.

No campo político o Movimento passou a atuar de forma mais efetiva como agente propositor e colaborador na elaboração e implantação das políticas públicas de habitação de interesse social, estratégia, entretanto, que pode ter contribuído para que o MNLM se distanciasse um pouco das bases e se enfraquecesse temporariamente como organização que pressiona o poder público na solução do problema da falta de moradia. Este cenário é destacado por Gohn (2004), uma vez que os movimentos sociais passam a se tornar mais institucionalizados, especialmente a partir dos anos 1990.

Mas tais processos articulam-se a dois momentos no enquadramento da cobertura da imprensa tocantinense sobre aos sem-tetos e sobre o MNLM/TO. De 1995 a 2002 o Movimento recebia tratamento pejorativo e com um tom que criminaliza os militantes com narrativas tais como: “invasores queriam um pedaço do cerrado”, “Polícia surpreende e invasão é frustrada” e “invasores serão investigados”. A partir de 2003 o MNLM/TO adquire maior destaque como organização formal, sendo tema de

matérias com chamadas de capa nos principais veículos do Estado, incluindo o Jornal do Tocantins, e quando também passa a ser um efetivo negociador junto ao poder público (OLIVEIRA, 2018).

Diante da constatação da mudança de tratamento que a imprensa tocantinense dispensou para o Movimento podemos inferir que o contexto político e de organização do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas esteve intrinsecamente atrelado às mudanças de enquadramento noticioso em que se notou uma tímida abordagem positiva ao problema social, o que antes não era observado.

Palmas desponta como uma cidade segregada que moldou um espaço utilizado/ocupado distinto do espaço planejado. Consideramos que é preciso mais estudos que busquem resgatar e registrar as ações realizadas pelos movimentos sociais em torno de tornar visíveis as contradições que permeiam os distanciamentos espaciais, sociais e culturais da capital planejada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme do **Couto de Invasão ou ocupação?** Ensaio sobre a função social da propriedade. 2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26812-26814-1-PB.pdf>. Acesso 02 de nov. de 2018.

ALMEIDA, Wallissia Assis Cavalcanti Albuquerque de. Comunicação Interna nos Movimentos Sociais: a comunicação interna do Movimento Nacional de Luta pela Moradia de Palmas. **Anais...** Encontro de História da Mídia da Região Norte, Palmas, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/noticias-dos-nucleos/artigos/Comunicacao%20Interna%20nos%20Movimentos%20Sociais.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo, SP, Edições Graal Ltda, 2003.

ALVAREZ, Sonia; Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BESSA, Kelly; OLIVEIRA, C. F. P. de. Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas: a capital projetada do Tocantins. **GEOUSP: Espaço E Tempo** (Online), v.

21, n. 2, 2017, p. 497-517. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/117161/135132>. Acesso: em 16 dez. 2018.

CARDOSO, Patrícia et al. **Sistema nacional de habitação de interesse social à luz do novo marco legal urbanístico**: subsídios para implementação nos estados e municípios lei federal nº 11.124/05. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

FNRU. **Fórum Nacional de Reforma Urbana**. A cidade que queremos. Informativo semestral agosto/dezembro de 2007. Rio de Janeiro, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. Ed. Loyola, São Paulo Brasil: 1991.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf. Acesso em: 14 fev. 2018.

LEITÃO, José Carlos Moura **Tocantins**: Eu também criei, Brasília, DF: Edição JCL/Brasil, 2000

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas–Tocantins**. A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia-GO: Kelps, 2011.

MENESES, Verônica Dantas. Comunicação social no terceiro setor: a busca de credibilidade na relação com o Estado. **Unirevista**, Vol. 1, n. 3, julho/2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/index.php?e=3&s=30&a=653>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Mídia e cultura popular: recuperação da função social do jornalismo. **Anais ... XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0849-2.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

MIRANDA, Bismarque Roberto de Sousa. **A Luta Pela Moradia nas Cidades Brasileiras**: História da Ocupação da Quadra 1.306 Sul, em Palmas. TCC- Trabalho de Conclusão do Curso Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros - UFMA- Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2005.

MNLM/TO. Movimento Nacional de Luta pela Moradia no Tocantins. Arquivo do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia no Tocantins – Palmas - TO: Quadra 1.306 Sul, Alameda 25, Lote 32.

MNLM. Movimento Nacional de Luta pela Moradia. **Anais** do I Seminário Nacional de Moradia Popular. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Pastoral da Moradia de São Paulo. Janeiro de 1989.

_____. Arquivo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM – São Paulo-SP: Rua José Córdoba, n.º 202, sala 03-sobreloja, Bairro Jardim Ataliba Leonel.

_____. Movimento, Nacional de Luta Pela Moradia. Análise do processo de reforma urbana no Assentamento Canaã. Disponível em: www.mnln.org.br. Acesso em: 18 de maio de 2016.

NASCIMENTO, Giovanni Bezerra. Mobilização e desmobilização social em Palmas-TO. In: Josué Vieira Filho, Lúcia Maria Moraes (Orgs). **Políticas sociais urbanas: a cidade para todos**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013.

OLIVEIRA, Alesandre Alves. **O Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Palmas: a imagem dos sem-teto e de sua causa no Jornal do Tocantins (1998-2007)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, 2018.

OLIVEIRA, Alesandre. A.; BIAVATTI, Cidclei. A.; MENESES, Verônica. D.; ERTZOGUE, Maria. H.. Charges e habitação: uma análise de imagem e discurso. In: PÔRTO JR, G. et. al. (Orgs.). **Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo**, Vol. 2: Efeitos da Terceira Pessoa, enquadramento e teoria do cultiv. Porto Alegre/Boa Vista: Editora Fi/Editora da UFRR, 2018. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em 15 set. 2018. P. 221-243.

OLIVEIRA, Alesandre A.; HENRIQUE, Joésia. C. Identidade do Território da Região Sul de Palmas. **Anais...** II Jornada Interdisciplinar do PPGCOM/UFT, Palmas, 2017, pp. 212-219. Disponível em: www.uft.edu.br/ppgcom. Acesso em: 12 dez. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. Relatório do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais do município de Palmas. Relatório Final. Palmas: Prefeitura, 2001.

_____. Relatório 2006. Diretoria de Habitação. SEDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Palmas: Prefeitura, 2006.

REIS, Patrícia. O. B. dos. **Modernidades tardias no cerrado: discursos e práticas na história de Palmas - TO (1990-2010)**. Tese (doutorado). UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2011.

RESENDE, Fernando. C.. Comunicação e cultura: a diferença como questão. **Logos**, vol. 12, n. 01, set/2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/15305>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. Segregação socioespacial: contradições presentes em Palmas/TO. **Risco**, nº. 9, 2009, Programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo. EESC-USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44767>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SOARES, Osvaldo. Mãos à obra pela casa própria. **O Globo**. Nº. 53, de 7 de out. de 2007.

SUZUKI, Flávia Hissaemi. **As ocupações dos movimentos de moradia em Palmas e a disputa pelo espaço urbano**. Monografia f. 115, Palmas-TO, 2016 (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Tocantins.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. A Formação de Palmas. **Revista UFG**, Ano XI, nº 6, 2009, pp. 91-99. Disponível em: https://www.proec.ufg.br/up/694/o/06_Palmas.pdf. Acesso em: 29 out. 2018.

Recebido em 23 de abril de 2020
Aprovado em 03 de junho de 2020